Imperativo para Portugal: investir e crescer

Autor(es): Silva, Artur Santos

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39870>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-3_21

Accessed : 26-Apr-2023 09:06:24

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo III

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

IMPERATIVO PARA PORTUGAL: INVESTIR E CRESCER

Portugal vive desde 2001 um longo tempo de declínio como há muito não conhecíamos. Desde a entrada no Euro que não só não crescemos como agravámos todos os nossos desequilíbrios fundamentais. Decidimos integrar o grupo dos países fundadores, mas não soubemos assumir as plenas consequências desse novo estatuto. Por isso, a economia perdeu competitividade e os desequilíbrios financeiros atingiram um nível in comportável.

Com efeito, o crescimento acumulado do PIB, desde 2001, foi praticamente nulo. No mesmo período, em percentagem do PIB, a dívida pública passou de cerca de 55% para mais de 130%; a dívida externa líquida aumentou de perto de 40% para 100%, o investimento privado que representava 24% situa-se agora apenas em 14% do PIB.

Portugal, nas últimas décadas, apostou, e bem, na escolarização da população jovem, com maior abertura de oportunidades no ensino superior, sem termo de comparação na história moderna do País. Por outro lado, lançou o maior programa de formação avançada até hoje realizado, em especial nas áreas da Ciência e Engenharia.

É absolutamente prioritário criar empregos, e dotar os jovens de qualificações e competências que lhes permitam posicionar-se melhor face a esta situação.

A redução brusca do déficit orçamental, determinada pelo acordo com a Troika, exigiu de imediato uma contração do investimento público, que se veio somar à quebra do investimento privado, em especial nos setores da construção e obras públicas, provocando neste uma onda de desemprego, que começou por se traduzir no regresso de imigrantes aos seus países de origem.

A política assumida de combater o desequilíbrio orçamental aumentando as receitas do Estado, e não através de um exercício mais exigente e mais racional como é o de reduzir a despesa pública, deu lugar a um aumento de impostos essencialmente concentrado na elevação do IVA e do IRS, com um significativo impacto na contração do consumo, que contribuiu para provocar forte crise nos setores do comércio de retalho tradicional e de serviços não qualificados, bem como no comércio de bens de consumo duradouro.

Por outro lado, se considerarmos que a maioria esmagadora das empresas portuguesas depende excessivamente do crédito — dos fornecedores, dos clientes ou dos bancos — com capital próprio insuficiente, compreendemos como a queda da procura, as restrições de crédito e os aumentos do IVA acabaram por provocar uma onda de despedimentos e de falências.

Também a decisão de contrair de forma não seletiva a despesa do Estado, com sucessivas reduções de pensões e salários da administração pública (sem dúvida as rubricas de maior volume da despesa pública), contraiu ainda mais a procura interna e incentivou o aumento da poupança.

O objetivo de redução drástica e rápida do déficit corrente foi facilmente atingido três anos antes do que fora inicialmente previsto com a quebra da procura interna e com a reorientação da capacidade produtiva instalada nas empresas industriais para os mercados externos, mas praticamente sem investimento adicional.

E com pouco investimento novo em setores exigindo capital e sem a possibilidade de emprego no Estado, o emprego dos jovens ficou muito dependente da pequena iniciativa empresarial ou da precariedade.

Olhando para o futuro, há que ter uma perspetiva clara sobre as possíveis origens de novo emprego na sociedade portuguesa.

O crescimento sustentável da economia vai depender da uma nova oferta dirigida ao exterior, essencialmente assente no investimento para atividades em que Portugal seja atrativo e que estejam em crescimento no comércio internacional.

Esta nova vaga de exportação não pode só assentar numa renovação da carteira de bens industriais exportados. Os serviços orientados para o exterior terão também que crescer mais rapidamente, neles se incluindo serviços prestados à distância, de desenvolvimento de software e de conteúdos digitais, serviços de engenharia, serviços de saúde ou nas indústrias culturais e de lazer. Estas atividades não são exigentes em capital físico, têm uma reduzida componente importada e, finalmente, podem criar emprego jovem em larga escala a diferentes níveis de escolarização e de qualificação.

Para que o mercado de trabalho valorize o nosso capital humano acumulado é necessário estimular o envolvimento das entidades empregadoras, que deveriam ver reduzida a sua tributação, ou os custos sociais associados ao emprego criado.

Em Portugal, o desemprego jovem é um dos mais elevados na zona Euro, o que levou o Governo a anunciar um conjunto de medidas para facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A situação do desemprego dos jovens com formação superior merece uma atenção muito particular. Trata-se da geração mais qualificada de sempre, em que as famílias e o Estado realizaram um investimento muito importante, e que hoje não vê no país oportunidade de iniciar

a sua trajetória profissional, sendo muitas vezes obrigada a emigrar para encontrar uma oportunidade de emprego.

Esta situação resulta também de um mais que provável desajustamento entre qualificações escolares e dinâmica do mercado de emprego, ou seja, de um déficit de competências para transformar conhecimento em empregabilidade numa economia de mercado, no contexto da Globalização e dos avanços tecnológicos que marcam desde já o Século XXI.

Pela terceira vez em 40 anos de democracia não fomos capazes de resolver os nossos problemas e tivemos de recorrer a um processo de ajuda externa em que participaram as Instituições Europeias e o FMI, e no qual foi assumido o compromisso de promover reformas que conduzissem a um equilíbrio económico e financeiro sustentável.

Chegou a hora de Portugal entrar num novo ciclo de progresso que todos tanto ambicionamos. Temos de retomar o caminho do crescimento e aproximarmo-nos dos outros países europeus, para o que é essencial o aumento do investimento privado, variável fundamental para a criação de emprego. De igual modo, temos de saber continuar a controlar o desequilíbrio externo que, na década passada, foi responsável por um alarmante aumento da dívida em resultado do aumento do consumo e não, como já sublinhei, por força do crescimento do investimento privado.

Esta é a altura de mobilizar muitos dos nossos melhores para discutir realistas mas ambiciosas propostas para o futuro de Portugal.

A capacidade de formação e geração de conhecimento das nossas Universidades tem de ser o primeiro recurso a mobilizar para conceber todas as mudanças de que o país precisa. Por isso mesmo, deve ser dada prioridade absoluta à valorização do nosso capital humano e ao desenvolvimento da nossa capacidade de investigação e de translação de conhecimento, o que reco-

menda que sejam asseguradas adequadas condições de financiamento ao nosso ensino superior e às instituições de investigação, sem esquecer a necessidade de cumprir os desafios lançados pela estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo).

Em quase todos os indicadores relevantes de IDI e de inovação, Portugal tem vindo a piorar o seu posicionamento nos últimos anos, contrariando a tendência da primeira década deste século.

Importa lembrar que a evolução científica e tecnológica em Portugal, na última década, tinha sido notável. Com efeito, entre 2005 e 2009, Portugal foi o país da UE com a mais elevada taxa de crescimento de intensidade de I&D em percentagem do PIB. Em 5 anos evidenciámos um aumento superior a 110%, ao passo que a UE apenas cresceu 10%, apresentando Portugal um esforço de I&D mais próximo da média da UE e já acima dos indicadores da Espanha e da Itália.

Em termos da posição no índice global de inovação no período para que se dispõe da informação comparável em matéria de inovação divulgada pelo IUS — *Innovation Union Scoreboard 2014*, Portugal situou-se em 16.º lugar nos anos de 2009 e de 2010. Caímos, depois, de 2011 a 2013, ocupando hoje a 18.ª posição.

O mesmo recuo se verifica com o peso da despesa em I&D no PIB que, depois de ter crescido de 0,8%, em 2005, até perto de 1,7%, em 2009, se reduziu desde então e representando, em 2012, 1,4% do PIB.

Do mesmo modo, o peso no PIB da despesa de I&D empresarial, que havia subido de 0,3%, em 2005, para o máximo de 0,8%, em 2009, caiu desde essa altura, situando-se em 0,7% em 2012.

Comparando com outros Estados-Membros, o peso da I&D no PIB, no nosso País, fica ainda aquém da média da

UE-28 (2%) e, por maioria de razão, dos países onde esse valor é mais elevado (3,4% na Suécia e 3,6% na Finlândia), embora compare bem com os 1,3% registados em Espanha e em Itália.

Cabe acrescentar que, no que respeita às despesas de I&D empresarial no total das despesas de I&D realizadas no País, depois do máximo atingido em 2007 (em que representaram 51% do total das despesas de I&D), registaram quedas sucessivas de 2008 a 2010 (ano em que representaram 46% do total), e da recuperação em 2011 e 2012, colocando o valor destas despesas próximo do máximo atingido em 2007.

Se Portugal quer continuar a ambição de reforçar a sua competitividade, tem que estimular e apoiar o aumento do esforço de I&D. Do mesmo modo, as políticas públicas têm que valorizar o trabalho dos nossos investigadores em e para as empresas, refletindo tal valorização nas suas carreiras.

Este momento é especialmente oportuno para preparar o futuro, considerando que se encerrou o período de vigilância com a Troika e se inicia um novo quadro comunitário de apoio, que bem pode ser a nossa última grande oportunidade para utilizarmos significativos recursos europeus que, mais uma vez, nos vão ser disponibilizados.

Portugal está sujeito, naturalmente, a um grande condicionamento em resultado das políticas europeias, mas espera-se que seja cumprida a prioridade assumida pelo novo presidente da Comissão Europeia, de ser promovido o crescimento económico, prioritariamente através do relançamento do investimento.

Embora o investimento privado não tenha parado de cair ao longo deste século, deve ser salientada a positiva evolução na balança tecnológica do nosso País. Com efeito, as exportações de bens e serviços de média e alta intensidade tecnológica,

que só representavam 40% das importações em 2000, registam hoje um claro excedente em relação às importações.

Merece também ênfase especial o peso das exportações totais no PIB que se estima venha a ser, em 2014, superior a 40% — quando na década de 90 apenas tinha atingido 26% — situando-se Portugal no valor médio atingido na EU a 15 — 41%.

Esta situação é ainda mais relevante se tivermos presente o nosso mais sério desequilíbrio — o da balança corrente externa — que atingiu cerca de 12% do PIB em 2008. O comportamento das exportações foi determinante para que tivéssemos acusado um excedente de 0,7% em 2013 e se estime um superavit à volta de 0,5% em 2014, já com alguma recuperação da procura interna. Finalmente, a taxa de cobertura das exportações de bens e serviços que, em 2008, era de 78%, foi superavitária em 2013, o que há largas décadas não acontecia.

Mas para que o investimento privado possa assumir um papel decisivo no crescimento da economia e na criação de emprego, é fundamental assegurar condições de financiamento competitivas, que eliminem os efeitos da fragmentação bancária, que a União Bancária não soube resolver.

Para tal, espera-se que a política de refinanciamento do BCE produza resultados, tal como será desejável que o BEI — Banco Europeu de Investimento — alargue o seu apoio em condições muito favoráveis ao financiamento do investimento de PME's. Naturalmente, poderá vir a dar um decisivo contributo o esquema previsto no Acordo de Parceria “Portugal 2020”, que irá privilegiar o financiamento do investimento privado através de subsídios reembolsáveis com custos financeiros muito baixos.

Porém, nada podemos fazer de relevante sem mais ambiciosas e solidárias políticas europeias. Precisamos de melhor Europa, uma Europa mais solidária e mais visionária. A Europa tem de

encontrar soluções mais consistentes para os seus problemas. As elites intelectuais e os políticos têm de convergir.

Resumo: Desde a entrada no Euro que Portugal não só não cresceu como agravou todos os seus desequilíbrios fundamentais. Chegou a hora de Portugal entrar num novo ciclo de progresso que todos tanto ambicionamos. Temos de retomar o caminho do crescimento e aproximarmo-nos dos outros países europeus, para o que é essencial o aumento do investimento privado, variável fundamental para a criação de emprego. É absolutamente prioritário criar empregos, e dotar os jovens de qualificações e competências que lhes permitam posicionar-se melhor face às origens de novo emprego na sociedade portuguesa. Para que o mercado de trabalho valorize o nosso capital humano acumulado é necessário estimular o envolvimento das entidades empregadoras, que deveriam ver reduzida a sua tributação, ou os custos sociais associados ao emprego criado. De igual modo, para que o investimento privado possa assumir um papel decisivo no crescimento da economia e na criação de emprego, é fundamental assegurar condições de financiamento competitivas, que eliminem os efeitos da fragmentação bancária, que a União Bancária não soube resolver. O crescimento sustentável da nossa economia, por sua vez, vai depender de uma nova oferta dirigida ao exterior, essencialmente assente no investimento para atividades em que Portugal seja atrativo e que estejam em crescimento no comércio internacional. Portugal está sujeito, naturalmente, a um grande condicionamento em resultado das políticas europeias, mas espera-se que seja cumprida a prioridade assumida pelo novo Presidente da Comissão Europeia de ser promovido o crescimento económico, prioritariamente através do relançamento do investimento.

Palavras-chave: Portugal; Europa; investimento; emprego; competitividade; conhecimento; inovação.

Imperative for Portugal: to invest and to grow

Abstract: Since joining the Euro, Portugal has seen both a lack of growth and all of its imbalances aggravated. The time has come for Portugal to enter a new cycle of progress that we all aspire to. We have to return to growth and move closer to other European countries, which is why there needs to be an increase in private investment, a key variable for job creation. Creating jobs is top priority, as is ensuring that young people acquire the qualifications and skills to best position themselves for a new type of employment in Portuguese society. For the job market to value

what our human capital has to offer, it is necessary to encourage the involvement of employers, who should pay less taxes or see the costs associated with employment reduced. Similarly, in order for private investment to play a decisive role in economic growth and job creation, there must be competitive financing, which attenuates the effects of the banking fragmentation that banking union was unable to solve. Sustainable growth of our economy will depend on supply with an international focus, one that is fundamentally based on those investment activities where Portugal is attractive and which are expanding within international trade. Of course, Portugal is constrained by European policies; however, it is hoped that the priority of economic growth through greater investment outlined by the new President of the European Commission becomes a reality.

Keywords: Portugal; Europe; investment; employment; competitiveness; knowledge; innovation.

Artur Santos Silva

Fundação Calouste Gulbenkian